

Entre Malagrida e Pombal: as «Memórias» da última Condessa de Atouguia

Zulmira C. Santos
Universidade do Porto

D. Mariana Bernarda de Távora, Condessa de Atouguia pelo casamento com D. Jerónimo de Ataíde [1721-1759], que viria a ser o 11^o titular desta casa¹, nasceu em 1722. Era filha de D. Leonor de Távora [1700-1759] e de D. Francisco de Assis², terceiros marqueses de Távora, ambos supliciados em 13 de Janeiro de 1759, acusados de envolvimento no atentado contra D. José, em Setembro do ano anterior. O mesmo aconteceu, como é sabido, com seu marido e ainda com os irmãos D. Luís Bernardo [1723-1759] e D. José Maria [1736-1759].

Nascida em Lisboa, no seio de uma das famílias mais poderosas do reino, D. Mariana foi prometida ao primo, D. Jerónimo, quando tinha sete anos, e depois de algumas hesitações e alterações à primeira combinação, veio a desposá-lo em 2 de Dezembro de 1747, aos vinte e cinco anos de idade. Residiu no palácio dos Condes de Atouguia, situado na parte ocidental da rua dos Cabides e na oriental da Boa Viagem, na esquina da rua Nova do Almada com o Chiado³ e, na sequência do terramoto de 1 de Novembro de 1755, passou a viver, juntamente com os pais, numas barracas na quinta da Condessa da Ribeira, D. Margarida Francisca de Lorena [1707-?]⁴. Teve seis filhos:

1. D. Jerónimo de Ataíde [14 de Julho de 1721 – 13 de Janeiro de 1759] era filho de D. Luís de Ataíde [16 de Setembro de 1700 – 1758], décimo Conde de Atouguia, e de D. Clara de Assis Mascarenhas, filha de D. Fernando de Mascarenhas, conde de Óbidos e de D. Brites de Mascarenhas. D. Luís de Ataíde foi governador da Baía, onde residiu entre 1749 e 1755.

2. Francisco de Assis de Távora [1703-1759], filho e herdeiro do 2^o conde do Alvor, Bernardo Filipe Néry de Távora e de D. Joana de Lorena, tornou-se 3^o marquês de Távora pelo casamento em 1718 com D. Leonor que, pela morte do irmão primogénito, foi a 6^a condessa de S. João da Pesqueira e a 3^a marquesa de Távora.

3. Júlio CASTILHO, *Lisboa Antiga*, Lisboa, Livraria Ferreira, 1889, VI, 139.

4. D. Margarida Francisca de Lorena era casada com D. José da Câmara [1712-1757], 4^o conde da Ribeira Grande. Era tia da condessa de Atouguia, por ser irmã de D. Francisco de Assis. Eram ambos filhos de D. Bernardo António Filipe de Távora, 2^o conde do Alvor, e de D. Joana de Lorena. Para o estabelecimento das redes familiares foram consultadas, cruzando muitas vezes as informações, as fontes impressas seguintes: D. António Caetano de SOUSA, *Memórias Históricas e Genealógicas dos Grandes de Portugal*, Lisboa, 1933 (1^aed. 1755); *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, Coimbra, Atlântida, 1946-1955, (1^a ed. 1748); Albano da Silveira PINTO (visconde de Sanches de Baena), *Resenba das Famílias Titulares e Grandes de Portugal*, Lisboa, Empresa ed. de Francisco Arthur da Silva, 1991 (fac-sím. da ed. de Lisboa, Empresa Ed.

D. Luís, D. Francisco, D. Leonor, D. Rosa, D. Clara e D. António. Em Janeiro de 1759, D. Luís tinha dez anos e D. António dezasseis meses. A sentença que condenou pais, irmãos, tio e marido de D. Mariana Bernarda conduziu-a ao encarceramento por vinte e dois anos no Convento das Capuchinhas de Sacavém, juntamente com as duas filhas, D. Leonor e D. Clara – D. Rosa já tinha falecido – e com D. António, o mais novo. D. Luís e D. Francisco passaram para a Casa da Missão de Rilhafoles dos Padres de S. Vicente de Paula e daí para o convento da Trindade, onde permaneceram até que a inocência de D. Mariana foi reconhecida pela sentença de 30 de Junho de 1780. Referindo-se a 23 de Agosto de 1787, Bombelles recorda, no seu diário: «[...] la comtesse d'Atouguia, veuve d'un des suppliciés, qui avec sa soeur la marquise d' Alorna, a perdu sur le même échafaud son père, sa mère, ses deux frères et son oncle le duc d'Aveiro [.et que..] n'a pour vivre qu'une pension de 600.000 reis que lui paye la cour depuis la confiscation des biens de sa maison. Avec ce revenu excessivement modique pour le pays, elle vit, dit-on, déceimment dans une campagne entre Sacavem et Lisbonne. Deux de ses filles sont religieuses dans une maison de Sacavem dont la règle est extrêmement austère. Elle ne sait que faire de ses fils qui ont de la reine une pension égale à la sienne mais qui depuis le supplice de leur père ne peuvent ni porter leur nom ni être employés dans aucune partie du service portugais. Cette fatalité pour des enfants innocents est affreuse»⁵.

Não saberíamos muito mais sobre D. Mariana do que acima se disse, se o Padre Valério Cordeiro não tivesse publicado em 1916, em Pontevedra – e a data e o lugar merecerão posteriores reflexões – um manuscrito, que acompanhou de uma introdução prévia, intitulado «Memorias da ultima Condessa de Atouguia – Manuscrito autobiographico inédito». Reeditado em 1917, em Braga, na sequência do interesse despertado, de que a imprensa católica da época se fez eco⁶, o texto relata o lapso de tempo, entre 1756 e 1759, em que D. Mariana Bernarda foi dirigida espiritual do jesuíta Gabriel Malagrida [1689-1761] que, como se sabe, viria a morrer estrangulado e queimado em 1761, num auto de fé. Embora o escrito de D. Mariana recorra muitas vezes a recordações do passado anterior a 1756, que aliás muito pesa na economia narrativa do texto, o seu núcleo fundamental parece, num primeiro momento, prender-se às orientações da direcção espiritual conduzida pelo padre jesuíta.

Se tivermos em conta que os anos dessa orientação são os anos subsequentes ao terramoto e justamente anteriores aos trágicos acontecimentos que se abateram sobre a família da condessa em 13 de Janeiro de 1759, não parece arriscado concluir que estamos perante um texto mais a juntar ao complexo processo dos Távora e ao não menos espinhoso problema da expulsão dos jesuítas e, obviamente, a mais uma tentativa de interpretação das acções e opções de Sebastião José de Carvalho e Melo.

Desse ponto de vista, procurarei aduzir algumas reflexões sobre as datas de publicação do manuscrito pelo Padre Valério Cordeiro, sobre o percurso seguido pelas cópias conhecidas e, final-

de Francisco Arthur da Silva, 1883); Afonso Eduardo Martins ZUQUETE, *Nobreza de Portugal, bibliografia, biografia, cronologia, filatelia, genealogia, heráldica, história, nobiliarquia, numismática*, Lisboa, Enciclopédia, 1960.

5. Marquis de BOMBELLES, *Journal d' un ambassadeur de France au Portugal 1786-1788*, Paris, PUF, 1979, 169-170. Note-se que, depois de manifestar a pena que lhe causava a situação da condessa e de seus filhos, Bombelles regista as dúvidas que corriam sobre a eventual culpabilidade dos condenados: «Longtemps j'ai cru leur père [D. Jerónimo de Ataíde] et les autres condamnés (excepté le duc d'Aveiro) sans qu'ils aient été coupables, mais aujourd'hui je suis bien embarrassé de trouver l'évidence que leurs partisans veulent donner à tout ce qui rend leur sentence injuste. Des gens raisonnables et qui ne tiennent à aucun parti prétendent être sûrs que la Reine a dans les mains les lettres de la jeune marquise de Távora qui avant l'assassinat du roi l'avertissait du danger qu'il courait et de la fureur des siens.» (ibid, 170).

6. O Pde Cordeiro confere um conjunto de referências de que dá conta na nota (1) das páginas VII e VIII da segunda edição. A maioria das notícias data de Outubro, Novembro e Dezembro de 1916; são, portanto, imediatamente sequenciais à primeira edição de Pontevedra de 1916, circunstância que pode traduzir o empenhamento dos círculos ligados aos jesuítas na divulgação e circulação da obra.

mente, sobre a sua eventual natureza autobiográfica, orientações e objectivos, procurando demonstrar que o texto se encontra travejado por um conjunto de estratégias de re-orientação da memória não apenas dos Távoras, como família, mas também da Companhia de Jesus.

1. O tempo da publicação

Em 1916, o P. Valério Cordeiro, autor de um conjunto considerável de escritos espirituais de orientação filojesuítica⁷, vivia na Galiza depois de ter estado durante algum tempo em Inglaterra, «em exercício do ministério sacerdotal em Coalville (Leicestershire)»⁸. Na introdução às *Memórias*, conta que, no decurso dessa estadia, um dia, a Superiora do colégio do Sagrado Coração de Jesus, a Rev. Madre Virgínia Roque, aludiu a um manuscrito, oferta do pároco da freguesia, o Rev. Joseph Degen, que tinha estudado em Lisboa nos Inglesinhos e o tinha trazido para Inglaterra juntamente com outros livros e papéis. As palavras iniciais, atribuídas à Condessa de Atouguia, revelavam a natureza do texto: «Bemdito e louvado seja o Santíssimo Sacramento e a Puríssima Conceição da Virgem Maria, Senhora Nossa. O Reverendo Padre Frei Adriano, meu director, me manda por Santa Obediência escrever o seguinte que são os primeiros toques da minha conversão e a direcção do Padre Gabriel Malagrida»⁹. Como o P. Valério Cordeiro manifestasse interesse pelo texto, a Madre ofereceu-lhe e começou, assim, a pesquisa de outras cópias ou, se possível, do original, já que o manuscrito ido para Inglaterra nunca poderia ser, pela marca de água «Bath – 1828», anterior a esta data e, por estes anos, já a condessa tinha falecido há muito¹⁰. Informações enviadas para Inglaterra pelo conde de Bertandos, D. Gonçalo Pereira da Silva de Sousa e Menezes [1855-1929], confirmaram que a cópia detida por V. Cordeiro deveria ter sido efectuada a partir de uma versão pertencente ao Dr. Manuel Bento de Sousa que, por sua vez, a tinha recebido da Marquesa de Abrantes, D. Maria Joana Xavier de Lima [1755-1834], não havendo a absoluta certeza de que o manuscrito em causa fosse ou não o original. Em todo o caso, esta última lição continha as duas primeiras páginas que faltavam na cópia de V. Cordeiro que procedeu ao estabelecimento do texto sobre estas duas versões.

Não temos elementos nem informações que permitam pôr em dúvida a genuinidade do documento ou suspeitar da sua atribuição a D. Mariana de Távora. De resto, o itinerário do códice acima enunciado, cujo original parece ter pertencido à Condessa de Murça, D. Helena Maria de Piedade Lencastre [1818-1889], torna credível que um relato que fazia apologia dos Távoras, vincando a crueldade de Sebastião José, e louvava os jesuítas, através da narrativa da direcção espiritual de Malagrida, fizesse o seu percurso, pelo menos nos primeiros anos do século XIX, nos círculos da nobreza partidários de D. Miguel de Bragança. Porém, se procedermos à identificação rigorosa das famílias a que o Padre Cordeiro brevemente alude e não identifica, seguindo as pistas apenas indi-

7. O volume das *Memórias* anunciava como já publicados: *Vida do Ven. P. D. Gonçalo da Silveira, protomartyr da Africa do Sul* (Roma, 1908), a *Bemaventurada Joanna d'Arc – número comemorativo da sua beatificação* (Echos de Roma – 1909); *Elogium Patris domini Palmieri e S.J.* (Roma); *P. Matheus Ricci S.J.*, publicação comemorativa do terceiro centenário da sua morte (Roma, Voghera, 1910); *Lichens de Setúbal* (Separata da Brotéria, Braga, 1915); *Santa Cecília – Virgem e martyr romana – estudo histórico, archeológico e artístico* (Porto, Magalhães e Moniz, 1916).

8. *Memorias da ultima Condessa de Atouguia. Manuscrito autobiographico inédito* (com um estudo preliminar do P. Valério A. Cordeiro), Braga, 1917, XI. A partir deste momento, passaremos a citar o texto por *Memorias* e sempre a partir desta edição, a segunda, na medida em que o Pde Cordeiro procedeu a várias correções face à primeira.

9. Valério A. CORDEIRO, *Memorias*, 1.

10. O códice que o Pde Cordeiro possuía apresentava-se «escrito com letra bastante legível, embora um tanto apagada, em um caderno *in 4º*, de papel almaço, sem linhas, numerado em cada página, desde 3 até 74 (*Memorias*, XII).

ciadas, poderemos obter dados propiciadores de conclusões mais consistentes que em muito podem contribuir para explicar o roteiro seguido pelo códice. De facto, a condessa de Murça, D. Helena Maria de Piedade Lencastre [1818-1889]¹¹, que parece ter possuído o autógrafo, era filha dos 4^{os} marqueses de Abrantes, D. José Maria de Piedade de Lencastre [1784-1827] e de D. Helena do Santíssimo Sacramento de Vasconcelos e Sousa [1786-1846]. Como se sabe, o marquês, que foi um grande apoiante de D. Miguel, era neto dos Marqueses de Ponte de Lima, D. Pedro e D. Eugénia Maria Josefa de Bragança [1725-1795], por sua mãe, D. Maria Joana Xavier de Lima, 3^a marquesa de Abrantes. D. Tomás Xavier e Lima Nogueira [1727-1800], 1^o marquês de Ponte de Lima, tinha sido ministro de D. Maria I e pertencia ao círculo de relações dos Távoras¹². Mas, mais importante do que essa eventual relação, se afigura o facto de o 3^o marquês de Abrantes, D. Pedro de Lencastre da Silveira de Castelo Branco Sá e Menezes [1762-1828], ser filho de D. José Maria de Lencastre e Távora [1742-1771], 6^o conde de Vila Nova de Portimão que, por sua vez, descendia de Manuel Rafael de Távora [1715-1789] que era irmão de Francisco de Assis, o pai de D. Mariana e, logo, tio desta¹³.

No contexto em causa, não parece arriscado aceitar que o manuscrito tenha passado para um ramo directamente aparentado com os Távoras, antes ou depois da morte de D. Mariana, que deve ter ocorrido por 1802, e sobretudo depois da extinção da casa dos Atouguias, cuja representação passou para os Condes da Ribeira, através de uma tia de D. Jerónimo de Ataíde, D. Leonor Teresa Maria Ataíde de Menezes, irmã do pai, D. Luís Peregrino, e casada com D. Luís da Câmara, 3^o conde da Ribeira Grande¹⁴.

Não surpreende também que, em 1916, em plena «questão religiosa», o Padre Valério Cordeiro, defensor da Companhia de Jesus em variados escritos, tivesse optado por publicar um códice que simultaneamente «reabilitava» os Távoras, denegria Sebastião José e louvava os jesuítas, fazendo de Gabriel Malagrida uma espécie de mártir.

A partir de 1910 e da legislação coeva, a «questão religiosa» agudizou-se¹⁵. E se nem sempre esta se fundia e confundia com o problema particular dos jesuítas, envolvidos no apoio ao Partido

11. D. Helena Maria Piedade de Lencastre tornou-se condessa de Murça pelo casamento com D. José Maria de Melo [1817-1858], 2^o conde de Murça.

12. D. Tomás Xavier de Lima Brito Nogueira Telles da Silva e Vasconcelos, 14^o visconde de Vila Nova de Cerveira e 1^o Marquês de Ponte de Lima (a partir de 1790), foi secretário de estado desde 1777. Seu pai, D. Tomás da Silva Teles [1683-1762,] mandado prender por Sebastião José em 1760, tinha falecido no cárcere de S. João da Foz.

13. Eram ambos filhos de Bernardo António Filipe Néry de Távora [1681-1744], 2^o conde de Alvor, e de D. Joana de Lorena.

14. A pista dos filhos de D. Mariana revela-se muito difícil de seguir: D. António Caetano de SOUSA (*Memórias Históricas e Genealógicas dos Grandes de Portugal*) regista o nome dos seis: D. Luís, D. Francisco, D. Leonor, D. Rosa, D. Clara, D. António. Neste aspecto não conseguimos ir mais longe que as informações enviadas pelo conde de Bertiandos, em 20 de Janeiro de 1917, ao Pde Cordeiro: «As suas duas filhas, Leonor e Clara foram freiras no convento de Sacavém, onde estiveram presas com a mãe e com seu irmão António. Além destes deixaram os condes os seguintes filhos: D. Luiz, que logo depois da desgraça da família foi mandado entregar aos congregados da Missão de S. Vicente da Trindade, de Lisboa, onde o obrigaram a professar; mas elle depois da morte de El-Rei, anulou os votos e passando a França em 1807, casou annos depois e teve dois filhos, um dos quaes casou e não sei se teve descendência, que em todo o caso deve ter acabado [...]. Este D. Luiz veio a morrer em Lisboa em 1828, pouco mais ou menos. D. Francisco de Atayde e D. António de Atayde morreram em Lisboa; não sei a data; mas sei que o último dos homens que morreu foi D Luiz – D. Clara, freira, morreu depois de 1834; D. Leonor morreu antes, segundo me parece.» (*Memórias*, XXV-XXVI).

15. De entre uma ampla bibliografia, refiro apenas os títulos mais recentes: Maria Lúcia de Brito MOURA, *A Guerra Religiosa na Primeira República. Crenças e mitos num tempo de utopias.*, Cruz Quebrada, Ed. Notícias, 2004, esp. Cap. II «A Igreja perante a lei da separação», 65-147; António de ARAÚJO, *Jesuítas e Antijesuítas no Portugal Republicano*, Lisboa, Roma Editora, 2004, esp. «6. O antijesuítismo republicano e o seu contexto», 49-58, «7. Revolução na continuidade», 59-89, «9. Entre antijesuítismo e jesuitismo», 159-220. Manuel CLEMENTE, «O Estado e a Igreja no tempo de Manuel de Arriaga», *O Tempo e Manuel de Arriaga. Actas do colóquio organizado pelo Centro de História da Universidade de Lisboa e pela Associação dos antigos alunos do Liceu da Horta* (24 a 26 de Setembro de 2003), Lisboa, CHUL, 2004, 41-64.

Nacionalista, era por vezes muito difícil separar as respectivas áreas¹⁶. De resto, a partir de 1910, a Galiza – onde em 1916 estava o P. Valério Cordeiro – tornou-se lugar de refúgio para os inacianos expulsos e, segundo algumas interpretações, também lugar de «resistência»¹⁷. Por outro lado, na primeira edição, de Pontevedra, onde também se editaram, durante os tempos mais difíceis do exílio, a *Brotéria* e o *Mensageiro do Coração de Jesus*¹⁸, Cordeiro agradecia «Aos bemfeitores e bemfeitoras dos Círculos Catholicos Portugueses da Bélgica», numa clara alusão ao envolvimento nos movimentos católicos do tempo¹⁹, e terminava a introdução desejando «que a divulgação das *Memórias da Condessa* [contribuisse] para reparar uma das mais flagrantes e monstruosas injustiças archivadas na História da Nação Portuguesa: a sentença que condenou os Tavoras e famílias com elles relacionadas»²⁰, votos que recordam as palavras do Pde José de Sousa Amado na edição de *As prisões da Junqueira durante o Ministério do Marquês de Pombal escriptas alli mesmo pelo Marquez de Alorna, uma das suas victimas*, publicadas pela primeira vez em 1857²¹ e, pela segunda, em 1882 (Lisboa, Typographia Universal), em pleno centenário de comemorações pombalinas: «Por este meio tão solemne e decoroso [decreto de libertação de 17 de Maio de 1777] foi comprovada a innocencia do illustre preso da Junqueira, o que ao mesmo tempo importa a condemnação mais formal das medidas arbitrarías de Sebastião José, que com tanta crueldade se arvorou em perseguidor dos que lhe levavam vantagem em saber, virtudes e nobreza»²². D. João de Almeida Portugal [1726-1802], 4º conde Assumar e 2º marquês de Alorna, que se presume ter sido o autor de *As prisões da Junqueira*, era casado com D. Leonor de Lorena e Távora [1729-1790], irmã da condessa de Atouguia²³.

16. O conde de Bertandos, por exemplo, a quem o P. Valério Cordeiro recorre como fonte de informações sobre o paradeiro do autógrafo, mantinha fortes ligações ao Partido Nacionalista. António de ARAÚJO, *Jesuítas e Antijesuítas no Portugal Republicano*, 174.

17. Rui RAMOS, «A Igreja e a I República – A reacção católica em Portugal às leis persecutórias de 1910-1911», *Didaskalia. Revista da Faculdade de Teologia de Lisboa*, vol. XIII, fasc. 1 e 2 (1983); NETO, Vítor, «O nacionalismo católico em Jacinto Cândido», *Revista de História das Ideias*, vol. 22 (2001), 395-417; «Estado, Igreja e Anticlericalismo na 1ª República», *Actas do Colóquio – O anticlericalismo português: história e discurso* (coord. de Luís Machado de Abreu e António José Ribeiro Miranda), Aveiro, Univ. de Aveiro, 2002.

18. Depois de passagens temporárias pela Holanda e pela Bélgica, os jesuítas portugueses, dirigidos pelo P. Luís Gonzaga Cabral, estabeleceram algumas casas em Espanha em Santa Maria de Oya (noviciado, juniorado e filosofia), La Guardia (colégio), S. Martinho de Trebejo (Escola apostólica). Registem-se alguns títulos editados por essas datas também em Espanha: Luís Gonzaga de AZEVEDO, *Proscritos. Notícias circunstanciadas do que passaram os religiosos da Companhia de Jesus na Revolução de Portugal de 1910*, Valladolid, Florêncio de Lara ed., 1911 (reed. em Bruxelas em 1914); *Catalogus Missionis Lusitanae ab anno 1829 ad annum 1834*, Pontevedra, Tipis Celestini Péon, 1924.

19. A Bélgica era, sobretudo antes da guerra, um dos países para onde se transferiram colégios portugueses directamente ligados à Igreja. De acordo com os dados fornecidos por Maria Lúcia de Brito MOURA (*A guerra religiosa*, 460-461): «A Bélgica tinha, pelo menos, dois colégios masculinos, administrados por portugueses. Um deles prosseguia a acção do Colégio-Liceu figueirense, que fora obrigado a encerrar a sua actividade em Portugal. Uma carta com data de 13 de Março de 1912, remetida da legação portuguesa na Bélgica, dava informações sobre este «colégio liceu português». Situava-se na pequena cidade de Huy e tinha vinte e quatro alunos, todos portugueses. A mesma carta informava da existência do colégio Saint Michel «modernamente instalado» em Bruxelas que contava, entre os seus estudantes, bastantes portugueses, antigos alunos do colégio de Campolide. Como este também o de Saint-Michel estava sob orientação dos jesuítas. A guerra forçará estas escolas a abandonar o seu asilo na Bélgica. O colégio figueirense regressará a Portugal (*Ilustração Católica*, 7-711/1914). O colégio jesuíta [...] foi transferido para Espanha (*A Guarda*, 26/9/1914,2).».

20. Valério CORDEIRO int. a *Memórias* (1916), XXXIV.

21. *As prisões da Junqueira durante o Ministério do Marquês de Pombal escriptas alli mesmo pelo Marquez de Alorna, uma das suas victimas*, publicadas conforme o original por José de Sousa Amado, Lisboa, s/n, 1857.

22. *As prisões da Junqueira durante o Ministério do Marquês de Pombal escriptas alli mesmo pelo Marquez de Alorna, uma das suas victimas*, publicadas conforme o original por José de Sousa Amado, Lisboa, Typographia Universal, 1882, VIII.

23. Para as cartas de D. João de Almeida Portugal e informações sobre a família, Nuno Gonçalo MONTEIRO (selecção, introd. e notas), *Meu pai e meu senhor muito do meu coração. Correspondência do conde de Assumar para seu pai, o marquês de Alorna*, Lisboa, Quetzal, 2000.

Não deixa também de ser curioso, embora não baste para duvidar da genuinidade dos dois manuscritos, o comum percurso atribulado das diferentes cópias e a dificuldade em encontrar os autógrafos. O Pde Sousa Amado afirma ter visto o original «só por pouco tempo, e em casa de um dos descendentes das victimas de Pombal, a quem foi confiado com todo o resguardo», podendo, assim, proceder à comparação com a versão que possuía, aventando até que o códice de *As prisões da Junqueira* teria tido com «penultimo possuidor [...] D. Miguel de Bragança, a cuja leituras se deve talvez o restabelecimento dos jesuítas, que hoje tantos serviços estão fazendo á religião sob governos monarchicos e republicanos como na Hespanha, Bélgica, Inglaterra, Áustria, e sobre tudo nos Estados Unidos da América.»²⁴.

Produzidos em contextos idênticos, *As prisões* entre 1759 e 1777, *As Memorias* por 1783, orientando-se para um mesmo objectivo, a reabilitação dos Távoras e seus familiares, pois que o marquês de Alorna²⁵ era genro de D. Leonor e D. Francisco de Assis e cunhado da Condessa de Atouguia, publicados em momentos de forte tensão em que se procuravam definir, num quadro de menor hostilidade, as relações entre a Igreja e o Estado – a década de 50 do século XIX e os anos de 1916-17 que presenciaram o principio de algum equilíbrio nas negociações –, os dois manuscritos não obliteram, antes propiciam e quase forçam, a inscrição no quadro problemático e sempre presente da expulsão da Companhia por Sebastião José de Carvalho e Melo.

2. Para o retrato de uma senhora nobre no século XVIII

2.1. *A natureza do texto*

Tanto quanto se pode concluir das informações proporcionadas pelo Pde Valério Cordeiro, e porque ainda não foi possível consultar directamente qualquer cópia, o título «Memorias da ultima Condessa de Atouguia. Manuscrito autobiographico inédito», que ocorre na primeira edição de 1916, e que foi substituído por «A ultima condessa de Atouguia. Memorias autobiographicas», na segunda, de Braga, 1917, não pertence ao texto e releva da directa responsabilidade de quem preparou a edição. Em todo o caso, as palavras iniciais da presumível autora inscrevem o discurso no registo autobiográfico ou «memorialístico», na impossibilidade de traçar fronteiras precisas, no sentido da enunciação na primeira pessoa: «O Reverendo Padre Frei Adriano, meu director, me manda por Santa Obediência escrever o seguinte que são os primeiros toques da minha conversão e a direcção do Padre Gabriel Malagrida. [...] Tendo a idade de quinze anos, no anno 1737, estando eu nesse tempo ainda em casa de meus paes, que assistiam na cidade de Elvas, por meu pae ser sargento-mór do regimento daquella praça, vieram a ella missionários do Varatojo, por cuja razão disse minha mãe, que queria ir ouvi-los, e eu, que costumava ir com ella fora, sempre que ella sahia, disse-lhe que eu ficaria nesse dia em casa, porque me aborrecia muito ouvir sermões. Ella me respondeu que por isso mesmo queria que eu fosse a elle, e, como eu a amava infinito e em tudo desejava dar-lhe gosto, logo perdi a violencia que tinha em ir; de sorte que fui com indifferença, sem appetite nem com violência. O missionário era excellente, muito douto e muito bom pregador; chamava-se Frei Lourenço, que hoje é bispo do Algarve.»²⁶.

24. *As prisões da Junqueira*, V.

25. D. João de Almeida Portugal [1726-1802], 4º conde e Assumar e 2º marquês de Alorna, casou a 2 de Dezembro de 1747 com D. Leonor de Lorena e Távora [1729-1790], irmã da condessa de Atouguia e mãe da futura «Alcipe».

26. *Memorias*, 1-2. Frei Lourenço de Sta Maria foi bispo do Algarve a partir de 1752, tendo falecido em 1783. (António Pereira da SILVA, *A questão do sigilismo em Portugal no século XVIII. História, religião e política nos reinados de D. João V e D. José*, Braga, Ed. Franciscana, 1964, 379).

Do ponto de vista cronológico, há pelo menos três momentos fundamentais na enunciação do relato: a data da redacção, que várias indicações intratextuais, analisadas por Valério Cordeiro, fazem remontar de forma bastante segura a 1783, ou pelo menos ao intervalo temporal entre 1777 e 1783²⁷, o momento de início do escrito, 1737, e o lapso de tempo que merece maior atenção por parte da narradora, entre 1756 e 1759, e que contempla mais directamente a direcção espiritual de Malagrida.

A ligação e relações entre estes momentos fundamentais na economia da narrativa parecem demasiado óbvias para não serem intencionais: em 1783, D. Mariana já tinha recebido a sentença que a declarava inocente (decreto de 30 de Junho de 1780)²⁸, mas, de acordo com as palavras de Bombelles acima citadas, vivia modestamente de uma pensão da coroa sem que os seus filhos pudessem usar o nome de família. Centrando o relato na experiência de direcção do jesuíta, entre 1756 e 1759, a condessa narra justamente os anos cruciais, depois do terramoto, que envolveram o atentado contra D. José, em Setembro de 1758, e presenciaram o desenvolvimento do processo dos Távoras. As recordações escritas de D. Mariana terminam justamente com a dolorosa entrada no convento de Sacavém, acompanhada pelas lágrimas da filha, Leonor, que tinha seis anos, procurando manter uma aparente serenidade, embora se visse «preza [...] como traidora sem o ser».²⁹O texto era, assim, não apenas o relato de uma experiência de direcção espiritual, mas um sentido e veemente manifesto de inocência.

Fazer remontar a narrativa a 1737 suscita interrogações com respostas menos seguras. Por um lado, e em termos de coerência interna do texto, a assistência ao sermão de Frei Lourenço, que prolonga «por alguns quarenta», provoca em D. Mariana efeitos que descreve em pormenor e que configuram um primeiro momento na busca da pauta da «perfeição»: «Não me lembro em que matéria pregou; mas estou certa que não só gostei do sermão, mas que vim lavada em lagrimas para casa, que lhe ouvi alguns quarenta e que me confessei geralmente com elle, sendo os pecados que

27. São várias as ocasiões em que D. Mariana projecta o passado no presente, criando assim uma relação entre o momento em que escreve e o tempo ao qual se reporta. Tal acontece na alusão anterior a D. Frei Lourenço de Santa Maria, mas outras existem: quando fala de uma ida ao paço de seu pai, refere que achou de serviço «o visconde de Ponte de Lima pai do visconde hoje secretario de Estado» (*Memorias*, 53); ora como a nomeação de D. Tomás Xavier de Lima, para secretário, foi feita depois da queda do marquês de Pombal, em 1777, o texto só pode ter sido escrito depois (*Memorias*, XVII). Ao argumentar em favor desta hipótese, o Pde Valério comete algumas incorrecções cronológicas, pois pensa que D. Tomás Xavier de Lima se tornou secretário apenas depois da morte do marquês de Angeja, D. Pedro José de Noronha Camões [1716-1788], registando como data de falecimento deste 1778, o que em termos de quadro argumentativo colhia. Todavia, o 3º marquês de Angeja não morreu em 1778, mas sim em 1788, de acordo com todas as fontes consultadas. Tal não invalida, no entanto, a primeira hipótese, porque D. Tomás Xavier de Lima foi nomeado secretário de estado em 1777, depois secretário de Estado da Guerra, do Interior, do Tesouro, e só mais tarde substituiu Angeja, nas funções de direcção do Ministério, onde o marquês havia, por sua vez, substituído Pombal. Em todo o caso, a partir de 1783, o marquês de Angeja abandonou parcialmente o cargo, por razões de saúde. As palavras da condessa poderiam, eventualmente, aludir a esta circunstância, o que contribuiria para fixar a data de composição por 1783. Porém, a referência mais pertinente parece ser precisamente a de D. Frei Lourenço que a condessa diz ser bispo do Algarve e que faleceu justamente em 1783. Sobre o período em que D. Frei Lourenço, arcebispo de Goa entre 1743 e 1750, foi bispo do Algarve, de 1751 a 1783, com uma interrupção entre 1773 e 1777, por ter sido obrigado a renunciar por Pombal que procedeu ao reordenamento espacial das dioceses do reino, resignação essa que não foi aceite pelo Papa, tendo Frei Lourenço regressado depois da queda do marquês v. Joaquim Romero de MAGALHÃES, «ALGARVE, Diocese do», *Dicionário de História Religiosa de Portugal* (dir. de Carlos Moreira Azevedo), Lisboa, Círculo de Leitores, 2000 I, 44; «Episcopologio» (coord. de Ana Maria M. Jorge), II, 144; José Pedro PAIVA, «Geografia Eclesiástica», II, 297.

28. A Gazeta de Lisboa de 25 de Julho de 1780 (nº XXX) regista: «A Rainha N. Senhora, por Decreto de 30 de Junho, houve por bem declarar que na sua Real presença se tinha plenamente mostrado achar-se a Excellentissima condeça d'Atouguia inteiramente innocente, e sem a menor mácula de culpa de inconfidência, por não haver prova alguma, da qual resultasse indicio de culpada, podendo ser restituída ás honras, e liberdade, que por direito, e pelo seu nascimento, e qualidade lhe competem».

29. *Memorias*, 88-89.

me faziam maior escrúpulo da minha vida, os de aquelles três annos de idade, de doze ate os quinze, em que fui á confissão geral. É certo que dessa idade até á minha, [em] que me acho, adquirir um horror grande ao peccado mortal e tremia delle, mas fiquei padecendo muitos escrupulos, por cruz especial que Deus me deu, e não por culpa do tal padre que era doutíssimo e sabia muito bem ensinar tudo a bem da perfeição e me pôs nella»³⁰.

Por outro, a escolha para motor de «renovação» espiritual de um frade do Varatojo, em missão no Alentejo, em 1737, parece uma alusão subtil à Jacobeia, indiciando a permeabilidade da «primeira nobreza» aos seus anseios, objectivos e programa espiritual³¹. E D. Frei Lourenço de Santa Maria, embora nem a condessa, no texto, nem o Pde Valério, na introdução, o refiram, tinha tido, recentemente, do ponto de vista do tempo da redacção das *Memorias*, públicas dissensões com Sebastião José de Carvalho e Melo sobre a organização do bispado do Algarve, que haviam conduzido mesmo ao seu afastamento entre 1773 e 1777³². De um modo ou de outro, foi esse o momento que D. Mariana escolheu para iniciar o relato, como se lhe conferisse a carga simbólica de um nascimento, desta vez para a perfeição, já que a partir daí, embora com intervalos mais ou menos longos em que esse objectivo se tornou voluntariamente secundário, «desejava ser santa»³³.

A enunciação na primeira pessoa, o desejo reiterado de «exemplaridade» e a redacção a pedido do confessor inscrevem o texto de D. Mariana no filão de escritos autobiográficos espirituais, de especial fortuna na Época Moderna, embora tal prática se prolongue pelo século XIX³⁴. E se a definição de autobiografia como género literário se revela, para estes séculos, muito complexa, a questão tende a agravar-se, se pretendermos traçar fronteiras precisas entre autobiografia e memórias espirituais femininas³⁵. Importará talvez mais, resistindo à tentação classificativa, atentar nas múltiplas dimensões destes textos, na medida em que biografias, autobiografias ou memórias, se bem que reproduzindo os modelos literários do tempo, que naturalmente os informam e «enformam», vivem de um enquadramento que permite auscultar sensibilidades, solidariedades familiares e culturais, ajudando a vislumbrar os nós de uma apertada malha de referências de natureza sócio-cultural e até política³⁶. A redacção de algumas biografias, vários estudos o têm demonstrado, prendia-se indissoluvelmente a estratégias de «santificação», visando suscitar um processo ou nele se

30. *Memorias*, 2.

31. José Adriano de Freitas CARVALHO, «As *Instrucções* de D. Francisco de Portugal, Marquês de Valença, a seus filhos. Um texto para a Jacobeia?», *Península. Revista de Estudos Ibéricos*, nº 1 (2004), 319-347.

32. Ver nota 24. Joaquim Romero de MAGALHÃES, «Algarve, Diocese do», *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, I, 44; José Pedro PAIVA, «Geografia Eclesiástica», II, 297.

33. *Memorias*, 2. Valerá a pena lembrar que D. Miguel da Anunciação [1703-1779], bispo de Coimbra, figura cimeira da Jacobeia, mandado prender por Pombal em Dezembro de 1768, era parente próximo de D. Mariana, por ser filho dos condes de Povolide e, logo, Távora pelo lado materno (António Pereira da SILVA, *A questão do sigilismo em Portugal no século XVIII. História, religião e política nos reinados de D. João V e D. José*, passim. Manuel Augusto RODRIGUES, «Pombal e D. Miguel da Anunciação, bispo de Coimbra», *Revista de História das Ideias*, vol IV, T. 1 (1982), 207-298; João Pimentel LAVRADOR, *O Pensamento teológico de D. Miguel da Anunciação*, Coimbra, Gráfica de Coimbra, 1995.

34. De entre uma vasta bibliografia, Isabelle POUTRIN, *Le voile et la plume. Autobiographie et sainteté féminine dans l'Espagne Moderne*, Madrid, Casa de Velásquez, 1995.

35. Para a questão da autobiografia, para além do já clássico estudo de Philippe LEJEUNE, *Le Pacte autobiographique*, Paris, Seuil, 1975, das considerações de G. GUSDORF «De l'autobiographie initiatique à l'autobiographie genre littéraire», *RHLF*, nº 75, (1975) e de James S. AMELANG, *El vuelo de Ícaro. La autobiografía popular en la Europa moderna*, Madrid, siglo Veintiuno, 2003 (1ª ed. Stanford, California, 1998), o muito sugestivo trabalho de Jacques BERTCHOLD, «Les mémoires fictifs entre roman et histoire: l'exemple de Courtlitz de Sandras», *L'Histoire dans la Littérature*, (ed. de L. Adert et É. Eigenmann), Droz, 2000 e René DEMORS, *Le roman à la première personne. Du Classicisme aux Lumières*, Genève, Droz, 2002, esp. Chap. 1 «Les Mémoires, l'Histoire et la Nouvelle», 59-97 e «Les mémoires et la première personne», 98-162.

36. V. Entre outros Roger CHARTIER, *Culture écrite et société*, Paris, Albin Michel, 1996 e Christian JOUHAUD, *Les pouvoirs de la littérature. Histoire d'un paradoxe*, Paris, Gallimard, 2000.

escorando, ligando assim a produção de muitos destes textos aos mecanismos de canonização³⁷. Não importará menos vincar, todavia, que os mecanismos de glorificação e prestígio social de famílias nobres passavam muitas vezes pelo reconhecimento de uma espécie de legado de superioridade «espiritual» e «comportamental», em termos de paradigma de conduta, como se o interesse destes textos, que muitas vezes «corriam» manuscritos³⁸ – biografias, autobiografias, memórias –, se deslocasse do seu autor para o envolvimento espiritual e sobretudo social destes³⁹.

No caso particular de D. Mariana de Távora, a rede de intencionalidades que envolve o texto por si produzido não permite grandes especulações: escreve, alegadamente a pedido do confessor, para relatar «os primeiros toques da minha conversão e a direcção do Padre Gabriel Malagrida»; situa a narrativa em 1737, ano em que ouve, com sua mãe, D. Leonor de Távora, os sermões de missão de Frei Lourenço, frade do Varatojo; torna cerne da narrativa os anos entre 1756 e 1759, procedendo a uma descrição cuidada não apenas do comportamento exemplar de si própria e de seu marido, mas também da família Távora, prendendo-se a todos os fastos que contribuíram para o prestígio da casa e jamais mencionando o comportamento de sua cunhada e tia, a marquesa nova, D. Teresa de Távora e Lorena [1723-1794], como se de um elemento completamente estranho à família se tratasse. Termina pela sua prisão em Sacavém, «como traidora sem o ser», reiterando que «nem eu, nem meu marido, nem meus paes, nem meus irmãos, soubemos de tal [do atentado contra D. José], e que se padecemos todos fomos inocentes»⁴⁰.

As «memórias» não apenas pelo que testemunham e explicam, mas também pelo que silenciam e ignoram, tornam-se formas de intervenção na «história», essencialmente porque se reportam a um tempo passado que a memória individual voluntária ou involuntariamente filtrou.

2.2. A pauta da perfeição

Quando D. Mariana Bernarda de Távora revisita o passado, escolhendo como marcos as datas acima citadas, tem 61 anos. A sentença que declarava a sua inocência, no processo que lhe vitimou a família, foi publicada em 1780. Contudo, em 1787, um ano antes da morte do príncipe do Brasil, D. José, o marquês de Bombelles continuava a pensar que «les Távora et adhérents peuvent aujourd'hui renoncer à l'espoir qu'ils ont, [...] bien gratuitement conservé jusqu'à présent, de voir réhabiliter la mémoire de leurs parents»⁴¹. Para D. Mariana, de facto, a não culpabilidade de toda a sua família revela-se uma preocupação essencial que se espelha em todos os momentos da narrativa, como se as suas «memórias» não fossem apenas suas mas, e talvez sobretudo, da «casa» a que pertencia.

Nuno Gonçalo Monteiro sublinhou como no século XVIII, em Portugal, o conceito de casa nobiliárquica ou «casa de um grande do reino», como entidade institucional e simbólica, assentava simultaneamente em mecanismos de autoridade e dever que permitem perceber formas de comportamento aristocrático vocacionadas para a reprodução de um «conjunto coerente de bens sim-

37. Isabelle POUTRIN, *Le voile et la plume. Autobiographie et sainteté féminine dans l'Espagne Moderne*, «Procès de canonisation et procès d'Inquisition», 20-22; Marina CAFFIERO, *La politica della santità. Nascita di un culto nell'età dei lumi*, Roma-Bari, Laterza, 1996.

38. Fernando BOUZA, «Vidas de palácio. As biografias manuscritas como manual de corte», *Corre manuscrito. Una historia cultural del Siglo d'Oro*, Madrid, Marcial Pons, 2001, 215-239.

39. Ver o exemplo estudado por Sara CABIBBO e Marilena MODICA, *La santa di Tomasi. Storia di suor Maria Crocifissa (1745-1699)*, Torino, Einaudi, 1989, que revela o empenhamento da família a que esta beneditina pertencia no uso da «santidade» como forma de prestígio social.

40. *Memorias*, 89.

41. Marquis de BOMBELLES, *Journal*, 169.

bólicos e materiais»⁴². A preocupação constante da condessa de Atouguia em criar uma imagem modelar da linhagem Távora, baseada na perfeição espiritual e na coragem guerreira, que aliás «contamina» todo o texto, mostra bem como D. Mariana se sentia responsável pela casa a que pertencia. As referências aos Atouguias revelam-se escassas face à profusão de recordações relacionadas com a família de onde provinha.

Entre os 15 e os 33 anos, isto é antes de se tornar dirigida espiritual de Gabriel Malagrida, D. Mariana, embora cumpridora dos deveres cristão, evidencia um apreço pela sua dignidade aristocrática e um apego aos bens e divertimentos do mundo em que vivia, que permitem entrever, pelas descrições pormenorizadas, os usos do paço e uma ideologia nobiliárquica que ostenta os laços de solidariedade entre as famílias da primeira nobreza de corte que, em virtude de uma política matrimonial endogâmica, mais tarde contrariada pelo marquês de Pombal, pela legislação de 1768, têm vindo a ser designadas como «puritanas»⁴³.

Depois daquele primeiro momento em que, aos 15 anos, em 1737, D. Mariana como que despertou «espiritualmente», na sequência do sermão de Frei Lourenço, então frade do Varatojo, a pouco e pouco «começou a afrouxar alguma cousa, não no horror ao pecado mortal, mas com os divertimentos de que gostava muito e boa companhia das [...] amigas ainda moças, [foi] tendo preguiça da oração mental e faltando alguns dias a ella»⁴⁴. A mudança de confessor e posteriormente a adopção de «confessores ordinários e não certos» contribuíram para que fosse progressivamente abrandando «a vontade de fazer oração até que de todo a [largou], sem contudo perder o temor de Deus nem horror ao pecado mortal»⁴⁵. O seu «génio alegre» pendia para os divertimentos de que muito gostava, que «o mundo chama lícitos»⁴⁶, e, alguns anos mais tarde, já casada com D. Jerónimo de Ataíde, assume querer muito uma filha porque «como o [seu] génio era muito inclinado á magnificência [...]», queria trazê-la muito «enfeitada»⁴⁷. Este mesmo «génio», «luzido e muito costumado á grandeza», sofrera quando o sogro, D. Luís Peregrino, foi nomeado vice-rei da Baía e consigo levou o «melhor recheio da prata que havia em casa»: «Passado perto de um ano [depois do nascimento do primeiro filho] foi o meu sogro o Sr. Conde de Atouguia, D. Luís, nomeado para vice-rei da Baía, e ainda que era útil para a casa que ele fizesse mais este serviço para o bom êxito de seu despacho, contudo, tive isto para mim em grande desgosto: o ficarmos vivendo de alimentos, que ainda que não eram dos mais pequenos, sempre eram mais inferiores aos que apetecia o meu génio luzido, e muito costumado á grandeza, e de que muito gostava. E, como ele ia para um lugar publico e era senhor da caza, era justo que o melhor recheio de prata que havia em casa ele o levasse consigo; eu que gostava de ver a caza luzida com ella e queria me servisse também a mim., quando me vi com pouca em casa custou-me e tive saudades do que tinha saído barra fora, ainda que fosse em serviço do seu próprio dono.»⁴⁸

A «prosápia» nobiliária que D. Mariana ostenta manifesta-se ainda com mais relevo no orgulho, quase pueril, sentido pela nomeação e, essencialmente, pelas vitórias guerreiras e acção política de seu pai, D. Francisco de Assis, na Índia, para onde tinha ido em 1750, pouco antes da morte de D. João V, como 45º vice-rei, na companhia da mulher, D. Leonor de Távora. Quando partiram,

42. Nuno G. MONTEIRO, *O crepúsculo dos grandes. A casa e o património da aristocracia em Portugal (1750-1832)*, Lisboa, IN-CM, 1999, 95. V. esp. Parte II «Casa, linhagem e reprodução social», 51-197.

43. Nuno G. MONTEIRO, *O crepúsculo dos grandes*, 100.

44. *Memórias*, 2.

45. *Memórias*, 3.

46. *Memórias*, 3

47. *Memórias*, 23-24.

48. *Memórias*

os marqueses tinham sido acompanhados «no seu bôtafora» por D. Mariana Vitória e D. José, ao tempo ainda príncipes. E, apesar do enorme prazer experimentado pela condessa de Atouguia, porque a Rainha tinha subido a bordo para visitar D. Leonor, e do enorme concurso da nobreza a tais festividades, D. Mariana chorou as saudades dos pais, pois que «toda a [sua] consolação [era] a convivência» que com eles mantinha.⁴⁹ Manifesta, de resto, nesse mesmo quadro de «prosápia nobiliária», o desejo de que D. Francisco de Assis fosse «lá retratado com a insígnia que se costuma pôr aos conquistadores, que é o chapéu na cabeça, que os que o não são não o podem trazer na cabeça, e retratam-se descobertos»⁵⁰.

Todavia, o regresso dos marqueses em 1754, em pleno reinado de D. José, não mereceu as honras da partida, embora D. Mariana sublinhe que a rainha lhe tinha prometido, publicamente, ir fora da barra, receber a marquesa. Os Távoras entraram em Lisboa, «como qualquer governador que não vem em desagrado, mas sem nenhuma das distincções que [...] lhe estavam anunciadas por Sua Magestade»⁵¹.

Embora tal questão seja apenas aflorada e nunca claramente enunciada, é difícil resistir à tentação de não ler, nos comentários aparentemente simples da presumível autora, a comparação entre os reinados de D. João V e D. José, com evidente inclinação para os dias do primeiro dos monarcas. Aqui, o tempo fluía tranquilamente: D. Mariana acompanhava a mãe nas suas obrigações espirituais⁵² e, embora sem grandes preocupações nesse domínio – recorde-se que depois da reacção à pregação de Frei Lourenço, frade do Varatojo, os outros confesores não conseguiram despertar nela o desejo absoluto da perfeição –, entregava-se, com equilíbrio, ao que designava por «enfeites e divertimentos»⁵³. Gostava de música, sobretudo de canto e de cravo e, algumas vezes, fez a «grosseria de não ouvir a missa naquelle dia [quando surgia alguma ária nova] preferindo o gosto de a cantar ao cravo; assim ia vivendo muito contente», embora, de quando em vez, os escrúpulos a assaltassem. Rezava «a [...] a Nossa Senhora, mandava dizer dez Missas cada mês pela [sua] alma, visitava aos sábados a nossa Senhora da Madre de Deus e dava lá esmola publica aos pobres».⁵⁴ E, se pensarmos que no final do reinado de D. João V, sobretudo a partir de 1742, D. Gaspar da Encarnação, frade varatojano, se empenhava na difusão do programa de reforma espiritual da Jacobeia⁵⁵, a diferença entre um reinado que nomeou os Távoras vice-reis da Índia e os Atouguia, governadores da Baía, e um outro em «que nenhum vice-Rei jamais foi tão pouco socorrido de gente e dinheiros», como o do marquês a partir de 1750, e que, para além disso, degredou para Bragança, depois de o ter mandado prender na Torre Velha, «porque injustamente o inculparam em uma bulha que tinha havido no sítio de Odivelas»⁵⁶, D. Jerónimo de Ataíde, tor-

49. *Memórias*, 13. Numa outra ocasião anota que normalmente «desafogava» com os pais, de quem nunca [teve] a menor reserva (*Memórias*, 12).

50. *Memórias*, 14.

51. *Memórias*, 26.

52. Para um lapso de tempo, entre 1731 e 1733, um pouco anterior ao momento em que D. Mariana inicia as sua *Memórias*, isto é 1737, vale a pena anotar as considerações do 4º conde da Ericeira, sobre o comportamento espiritual da rainha D. Maria Ana de Áustria, que tentará proteger Malagrida, depois da morte de D. João V, que a levava a visitar igrejas, a fazer novenas e os «Exercícios Espirituais de Santo Inácio». Por estes anos, D. Mariana tinha 10, 11 anos. Conde da ERICEIRA, *Diário (1731-1733)*, (apres. e anot. por Eduardo Brazão), Coimbra, Universidade, 1943, 94 e 143. Para a mesma ambiência, José Adriano de Freitas CARVALHO, «As *Instruções* de D. Francisco de Portugal», esp 340-470.

53. *Memórias*, 8

54. *Memórias*, 8. Lembrem-se as considerações de Rui Bebião sobre os aposentos de Maria Ana de Áustria onde se tocava cravo (Rui BEBIÃO, *D. João V. Poder e espectáculo*, Aveiro, Estante Ed., 1987, 101; para a visão do marquês de Valença sobre a «nova corte» joanina, José Adriano de Freitas CARVALHO, «As *Instruções* de D. Francisco de Portugal», 330.

55. António Pereira da SILVA, *A questão do sigilismo em Portugal no século XVIII. História, religião e política nos reinados de D. João V e D. José*, passim. José Adriano de Freitas CARVALHO, «As *Instruções* de D. Francisco de Portugal», 330-331 e passim.

56. *Memórias*, 16-17.

nava-se quase ostensiva, apesar de D. Mariana declarar que o «amor que [seu] pae tinha a estes príncipes da terra» – não menciona expressamente D. José – ser «indizível e em tudo conforme ao grande fundo de honra que seu carácter lhe inspirava»⁵⁷.

A sensibilidade da condessa de Atouguia aos dispositivos e mecanismos segregadores de prestígio nobiliário dissemina-se por todo o texto, provando que a «casa» era, efectivamente, um conjunto de bens simbólicos e materiais. Embora a família Távora domine, uma vez ou outra, esporadicamente, emerge a preocupação com os Atouguia. Já casada com D. Jerónimo, D. Mariana confessa como amava o marido e se preocupava com a sucessão deste: «no estado de casada tive tres filhos e tres filhas, e estavam todos vivos quando meu sogro chegou da Bahia e lh'os apresentei com gosto, esperando que a sua casa com esta sucessão livrasse do perigo em que esteve, com um filho único, de passar a outra»⁵⁸. Contudo, quando, revisitando o passado, acena a uma eventual vontade de professar, acentua que embora os pais lhe tivessem dito, enquanto pequena, que «havia de ser freira da Madre de Deus», sabia que sendo «a immediata sucessora da sua caza, [...] não a «destinavam para freira»⁵⁹. D. Mariana não esquecia, em momento algum, a sua condição de primogénita, pois que era mais velha que seu irmão, D. Luís Bernardo.

A tessitura das «memórias» da condessa de Atouguia vai, assim, oscilando entre duas linhas essenciais de travejamento textual: de um lado, o relato de uma vivência espiritual alargada, do outro, o quotidiano de uma dama pertencente à primeira nobreza de corte, consciente do lugar da sua casa e do peso familiar. A osmose entre ambas contribui para que o texto se revele o momento de confluência, espelhando uma imagem modelar de uma senhora nobre, muitas vezes tocante pela ternura e por uma simplicidade quase ingénua que potencia a condição de vítima inocente que esta escrita ostenta em cada linha.

Momentos há em que a narrativa cruza habilmente os cenários da vida e hábitos de corte e os cuidados espirituais de D. Mariana. Quando a sua atenção recai sobre o jogo, esse tema que equacionaram tantas obras, visando a perfeição moral e espiritual, revela que «houve tempo em que o preferi ao gosto da musica, sendo esta o que antecedentemente [lhe] agradava mais que tudo quanto havia, porem não chegou o excesso desta paixão a fazer prejuízo com ela à caza do conde de Atouguia, porque só jogava de mesada que pelas [...] escripturas a casa tinha obrigação de me dar, e disso não cheguei a fazer jogo que me destruisse, mas algumas vezes me foi preciso pedir dez ou doze moedas porque não as tinha na bolsa para pagar»⁶⁰. Em todo o caso, embora não o reputando por «culpa grave», a condessa considerava que «era o maior pecado que então tinha» e encarava a hipótese de cortar totalmente com esse hábito, questionando-se, porém, sobre o que pensaria o «mundo» se, de repente, mudasse em relação a esse gosto⁶¹. O motivo surgiu sem aviso e alterou completamente a vida quotidiana de D. Mariana e de muitos dos seus contemporâneos. No dia do terramoto de 1 de Novembro de 1755, fez voto de nunca mais jogar e a dimensão do seu mundo tomou repentinamente outros contornos: «Naquelle tremendo dia que em tudo trazia a memoria do juízo final, se destruíram novamente todas as ideias que eu tinha formado para o augmento da casa, e de gosar do recheio de que tinha tido saudades, quando o meu sogro o levou para a América, assim como de viver dahi para diante com mais grandeza, a que meu génio era muito inclinado»⁶².

57. *Memorias*, 26.

58. *Memorias*, 24. D. Jerónimo de Atouguia era filho único de D. Luís Peregrino e D. Clara Assis de Mascarenhas.

59. *Memorias*, 3.

60. *Memorias*, 27.

61. Em torno das reflexões sobre o jogo de um ainda contemporâneo de D. Mariana, D. Francisco de Portugal, marquês de Valença, José Adriano de Freitas CARVALHO, «As *Instruções* de D. Francisco de Portugal», 330.

62. *Memorias*, 27-28.

Os pais, os irmãos, o marido, os filhos e a própria condessa de Atouguia sobreviveram, mas a sua residência e a de seus pais foram completamente arrasadas pelo cataclismo; «depois o fogo [...] acabou de consumir as casa, móveis e prata»⁶³. Para D. Mariana o mundo tinha mudado. Já não «lhe faziam guerra» as ideias de grandeza, já não tinha saudades da prata e os «tremores contínuos» faziam brotar nela a vontade «de ser boa», desejando encontrar um confessor «de uma extraordinária virtude» que a «ensinasse a ser santa»⁶⁴. E como tinha passado a viver numas barracas edificadas no quintal dos condes da Ribeira Grande, seus tios, onde D. Margarida⁶⁵, a condessa, «regia a sua casa que parecia um convento»⁶⁶, fazendo regularmente a sua oração mental, travou conhecimento com Gabriel Malagrida que ali tinha combinado dar os «Exercícios de Santo Inácio, á gente que alli se achava e á sua família»⁶⁷. Regressado do Brasil em 1750, o jesuíta tinha-se tornado benquista da rainha viúva e granjeara a reputação de grande virtude. Depois de se lhe ter confessado, D. Mariana inicia um processo de aproximação que termina na direcção espiritual efectiva: «Conheci que este era o confessor que eu desejava, e que Deus me destinava para me ensinar a ser santa, como na verdade tinha boa vontade de o ser»⁶⁸. O texto recolhe, então, os passos de um programa que a condessa pormenoriza, no progressivo espaço concedido à oração mental e, essencialmente, num percurso pautado pela tranquilidade e quase lentidão: Malagrida exigia «pouco mas bem feito» enquanto o génio da sua dirigida «activo e apressado queria voar depressa na perfeição»⁶⁹. A comunhão frequente, o uso de cilício tornam-se práticas por que D. Mariana anseia, numa lógica de despojamento que a leva a questionar Malagrida sobre se será uma falta, nessa pauta de perfeição, sentir muita vontade de ver os filhos, a quem era muito apegada, quando se encontrava ausente, em Setúbal, para fazer os Exercícios Espirituais. O jesuíta descansa-a, então, repetindo que esse desejo é absolutamente normal e aconselha-a até a que quando estiver em oração e o conde a chamar para lhe falar ou muito simplesmente lhe fazer companhia obedeça sempre a esse pedido. Não importa, neste contexto, procurar as raízes da direcção espiritual de Gabriel Malagrida que aconselha como leituras preferenciaias o Pdre Nieremberg ou Frei Luís de Granada. Tais conselhos não se revestem de qualquer novidade e a focalização de atenção nestes aparentemente pequenos matizes pode apenas traduzir a intenção de sublinhar um caminho de perfeição acessível a todos, mesmo às mulheres casadas, num percurso que fez o seu caminho sobretudo a partir do século XVI⁷⁰.

63. *Memórias*, 28. O oratoriano Teodoro de Almeida [1722-1804], no poema *Lisboa Destruída* (1803), mostra D. Mariana, sua mãe, D. Leonor, sua cunhada e tia, D. Teresa (a marquesa nova) e D. Joana, sua sobrinha, deambulando pelas ruínas do terramoto e contando a Tirso e Misseno, os protagonistas, as peripécias por que passaram. D. Leonor, cujo círculo T. de Almeida frequentava – tinha corrigido até a tradução que a marquesa fizera dos sermões de Bourdaloue – alude ao facto de na Índia «ter disputado tratamento ás soberanas». As notas que acompanham o poema, da autoria do também congregado António das Neves Pereira, explicam que, quando vice-Rainha, D. Leonor tinha devolvido uma carta que acompanhava um presente, alegando que não lhe era dirigida, porque não a tratava por «Excelência». T. de ALMEIDA, *Lisboa Destruída. Poema*, Lisboa, Na Officina de António Rodrigues Galhardo, 1803, 43. V. Zulmira C. SANTOS «O terramoto de 1755 como apologia da religião cristã: *Lisboa Destruída. Poema* (1803) de Teodoro de Almeida», *Revista da Faculdade de Letras. Línguas e Literaturas*. II Série, vol. XX, tomo I (2003), pp. 249-260.

64. *Memórias*, 29.

65. V. nota (4).

66. *Memórias*, 29.

67. *Memórias*, 30.

68. *Memórias*, 32.

69. *Memórias*, 33.

70. Maria de Lurdes Correia FERNANDES, *Espelbos, Cartas e Guias. Casamento e espiritualidade na Península Ibérica*, Porto, Instituto de Cultura Portuguesa, 1995.

O texto percorre, neste quadro, os acontecimentos da época: o afastamento de Malagrida para Setúbal, em 1756, a proibição dos jesuítas de confessar e pregar⁷¹, mas não regista a publicação do *Juízo sobre a verdadeira causa do terramoto* (1756) que parece ter despertado a ira de Sebastião José de Carvalho e Melo. Sem nunca aludir, nem de leve, à marquesa nova de Távora, sua cunhada e tia, favorita do rei, D. Mariana conta que Malagrida pediu à marquesa de Távora, D. Leonor, quando ambas fizeram os Exercícios Espirituais na Arrábida, que pedisse a D. Francisco de Assis para dizer ao rei que «se não emendar da sua vida e consentir que se faça a casa de Exercícios, para a emenda dos seus vassallos, que Deus tem determinado castiga-lo, que isto lhe mando eu dizer, que depois de elle o saber, da minha parte não se me dá que elle me mande cortar o pescoço». Face à recusa polida da marquesa, Malagrida terá perguntado se não haveria nenhum parente dos Távoras que quisesse transmitir o recado e, mais tarde, terá mesmo insistido com a condessa de Atouguia, mas D. Mariana, recordando que o marquês de Angeja tinha contado que D. José havia comentado que o padre jesuíta era «ridículo e um louco», achou que as regras da mais elementar prudência aconselhavam o silêncio⁷².

À medida que o dia aziago do atentado contra D. José, 3 de Setembro de 1758, se aproxima, aumenta a frequência dos protestos de inocência da autora. Quando Malagrida lhe anuncia que alguns «trabalhos» a esperavam, diz-se assustada, mas sem que lhe tivesse vindo nunca ao «pensamento quaes elles seriam (menos que seriam da natureza que foram), porque da traição de El-Rei, nem eu, nem meu marido, nem meus paes sabíamos nada, e todos estes nomeados morreram inocentíssimos».⁷³ Reportando-se directamente ao acontecimento, a condessa anota que «não soube nada senão cinco dias depois, quando esta infelicidade se começou a romper; na mesma ignorância estiveram meus pais, meus dois irmãos e o conde de Atouguia. Todos morreram inocentes»⁷⁴.

Porém, no dia 4 de Outubro desse mesmo ano, quando ia crescendo nos «desejos de ser santa»,⁷⁵ D. Mariana teve uma visão, não querendo todavia acreditar que era merecedora de tal graça: tendo ido «á barraca que os frades de S. Francisco da Cidade tinham feito no sitio do Rato, para se accomodarem nella depois do terramoto, visitando a Egreja em que estava o Santíssimo exposto, pondo eu os olhos na Hóstia, vi nella esculpida a figura do Senhor e assim a modo de cor sanguínea, parecida de alguma maneira á do sudário, com diferença de que mais vermelho no manto, mãos presas etc. e não vi isto imaginariamente senão com os olhos do corpo»⁷⁶. Esta ocorrência mesmo conjugada com a profecia que corria em Lisboa de que no mês de Janeiro seguinte haveria «sangue de martyres, de fidalgos e Senhoras», não levantou a mínima suspeita em D. Mariana, preocupada apenas com a saúde do marido que julgava ameaçada. Em 12 de Dezembro de 1758, relata que tinha decidido ir a Azeitão, para o palácio de seus tios, os duques de Aveiro, e para isso falou ao conde de S. Lourenço, D. João de Noronha que também lá possuía uma residência, que a aprontasse para que Malagrida aí pudesse recebê-la, indo D. Mariana para casa dos tios. Feito isto, foi visitar a irmã, a marquesa de Alorna, D. Leonor, que se encontrava doente e soube, então, que Malagrida estava em Santo Antão O escudeiro que mandaram trouxe a notícia de que o jesuíta estava em oração pelas suas «casas e famílias».⁷⁷ No dia seguinte, 3 de Dezembro,

71. Os dados fornecidos coincidem, quase completamente, com as informações dispensadas pelo Pde José CAEIRO, *História da Expulsão da Companhia de Jesus da Província de Portugal (SÉC. XVIII)*, Lisboa, Verbo, 1995, vol II.

72. *Memorias*, 49.

73. *Memorias*, 50.

74. *Memorias*, 61-62.

75. *Memorias*, 64.

76. *Memorias*, 66.

77. *Memorias*, 71.

tudo se desencadeou e D. Mariana ficou presa em sua casa, com seus filhos e quase quarenta pessoas que tinha dificuldade em alimentar. Sequestrados os bens do conde de Atouguia, em 4 de Janeiro de 1759, recebeu a indicação de prisão no convento das religiosas de Sacavém, com suas filhas e o filho mais novo, D. António, que tinha apenas dezasseis meses, enquanto D. Luís, com dez anos e D. Francisco de Ataíde, com oito, foram conduzidos para o convento de Rilhafoles.⁷⁸ A tudo D. Mariana diz ter resistido com constância e fortaleza, fruto do itinerário espiritual que voluntariamente havia seguido. Consigo levava apenas os «livros Espirituais que andava lendo e que eram parte das obras de Frei Luís de Granada»⁷⁹.

As *Memorias* terminam com a entrada no convento, silenciando, portanto, o momento terrível da execução, mas manifestam, obviamente, um sofrimento impressionante, sobretudo porque contido e pressuposto. A partir daqui, D. Mariana não terá contactado mais com Malagrida que, por sua vez, morrerá queimado, em 1761.

2.3. *Guerreiros e santos*

Redigidas em 1783, por alegada ordem do confessor, estas *Memorias* de posterior difusão manuscrita, ainda que em círculos aparentemente restritos, a avaliar pela escassez de referências contemporâneas, não podiam deixar de ecoar e até de certa forma viver, ainda, dos pedidos de reabilitação e de reconhecimento de inocência feitos a D. Maria I por D. João de Almeida Portugal, marquês de Alorna, cunhado de D. Mariana, que tinha estado preso na Junqueira, e dela própria. Sebastião José de Carvalho e Melo tinha falecido no ano anterior. Era talvez o momento ideal para iniciar um processo de importância primordial para as famílias Távora e Atouguia – D. Mariana jamais esqueceu a sua qualidade de primogénita e agora de responsável pela casa de Atouguia, de cujo nome os seus filhos não podiam usufruir –, embora D. Maria I não pareça ter-se mostrado muito receptiva à reapreciação da questão. Dificilmente se saberá até que ponto, seu filho, D. José [1761-1788], o aluno de Frei Manuel do Cenáculo, terá contribuído para esta atitude.

Do ponto de vista da arquitectura textual, as *Memorias* cruzavam exemplarmente os momentos de glorificação e de ideologia nobiliária dos Távoras, na observância dos valores da honra, da coragem, do serviço do rei, com paradigmas de conduta moral, espiritual e religiosa. Nuno G. Monteiro notou que «pelo menos no início do século XVIII se atribuía a essa linhagem e aos que dela descendiam uma identidade peculiar (consustanciada numa singular altivez e no espírito guerreiro) que não tinha paralelo com nenhuma outra família. Não era comum uma tão forte consciência da identidade e da pertença a uma linhagem»⁸⁰. Vários são, de facto, os exemplos de textos, ao longo do século, orientados para a fixação de uma «memória», articulada por atitudes de coragem e heroísmo⁸¹.

Ao sublinharem a inocência da família no atentado contra D. José, as *Memorias* de D. Mariana evidenciavam um padrão de comportamento devoto extensivo a toda a «casa», pelos exemplos da mãe, D. Leonor, e do pai, leal ao rei, ao mesmo tempo que, em termos de conduta particular, apelavam a um conjunto de crenças e representações – sonhos, visões e revelações vão pontuando as

78. *Memorias*, 83.

79. *Memorias*, 85.

80. Nuno Gonçalo MONTEIRO, *O Crepúsculo dos Grandes*, 86.

81. Nuno Gonçalo MONTEIRO, *O Crepúsculo dos Grandes*, nota (25); no *Perfil do marquês de Pombal*, Camilo Castelo Branco nota que: «as proezas do Marquez de Tavora tem a immortalidade de quinze opusculos de auctores diversos archivados pelo senhor Figanière, e quasi todos raros, por que, depois da conspiração contra o rei, houve o proposito de eliminar da historia o nome e os serviços da familia Tavora» (Porto, Lopes & C.^a sucessore de Clavel & C.^a, 1900, 2^aed, 14).

recordações da condessa – que se enquadravam no padrão de «santidade» feminina corrente na Época Moderna. Por outro lado, procediam, na medida em que se centravam, pelo menos como objectivo inicial, na direcção espiritual de G. Malagrida, a uma apologia da Companhia de Jesus, insistindo na injusta animosidade de Sebastião José e numa direcção espiritual pautada pelo equilíbrio na busca da perfeição.

Jesuítas e Távoras suscitaram e promovem, ainda e sempre, uma panóplia de questões e problemas que continuam hoje, em alguns aspectos, por resolver, no sentido em se encontram profundamente eivados por preconceitos. Neste caso particular, como em muitos outros escritos autobiográficos ou memorialísticos, a importância de que se revestem como que se desloca deles, da sua composição e organização discursiva, para o seu contexto, no jogo cruzado da história e da «literatura». Movidas por uma intencionalidade precisa, as *Memorias* de D. Mariana organizam e comportam um conjunto de informações que ajudam a configurar o conceito de «prosápia» linhagística, de dignidade nobiliária e de «casa», na segunda metade do século XVIII.

Apresentando os Távoras como uma família modelar, do ponto de vista do valor guerreiro e do comportamento moral e espiritual, D. Mariana vincava a respectiva inocência, hostilizava um Pombal recentemente falecido, defendia os Jesuítas e atribuía à «casa», que o marquês decapitara e se notabilizara por feitos militares de excepção, uma «santa», artesã da sua própria hagiografia, pela estratégia da escrita.